

GRAFICA SANTELMO, LDA.

NOME O-TEMPO-E
O-MODO

N.º 7773 - 105

ENVIADAS EM 17/11/65

RECEBIDAS EM 1/1

«O TEMPO E O MODO» N.º 3.
 Provas enviadas à Censura em
 ... de ... de 1965



~~1/16~~

A poesia de José Blanc de Portugal é de difícil integração na poligonal formada pelos poetas que o precederam, o acompanharam e o seguiram, até pela resistência com que a crítica se tem oposto à sua compreensão e à sua valorização ou, pior ainda, o tem ignorado ou fingido ignorá-lo.

Para isto, aliás, bastante contribuiu o próprio J. B. de P., demorando uns vinte anos a publicação do seu primeiro livro depois de nos Cadernos de Poesia (de que foi um dos fundadores e directores nas suas três séries) se ter revelado um daqueles poetas inquietantes e desconcertantes que incomodam os leitores — e mesmo, ou principalmente, os críticos — por não serem fáceis de rotular e demonstrarem que as suas classificações estão anciloadas e incompletas.

Mas podemos supor que a longa recusa de J. B. de P. em coligir os seus poemas nasceu de saber quanto a sua poesia destoava da que entre nós se ia publicando — mesmo da dos seus companheiros de geração — até que em 1959 a obtenção do Prémio Fernando Pessoa instituído pelas Edições Actica (e de cujo júri fizeram parte, entre outros que não recordo, Jorge da Sena e Sophia de Mello Breyner Andresen) o levou a publicar em 1960 Parva Naturalia, em que reuniu os versos que durante uns vinte anos fora dispersando.

Por outro lado, como em cada época o público procura e encontra em cada autor o que uma doutrinação (literária ou de outro carácter) pretende que ele procure, encontre e aprecie, podemos concluir que nos anos 40 o público não estava preparado para procurar (condição indispensável para encontrar) na poesia de J. B. de P. o que ela lhe podia oferecer. Perdido no debate arte pela arte — arte pela vida (que a nada podia levar e a nada levou, pelos termos em que foi posto nos dois campos extremos) e deleitando-se nos exercícios práticos em verso, que lhe iam sendo fornecidos para exemplificação de cada uma das posições

SERVIÇOS DE CENSURA (SÉDE) AUTORIZADO COM 5/10

Provas enviadas à Censura em

17 de 11 de 1965



dentro do círculo do catolicismo, não nos apresentando um tormentoso caso de consciência, os habituais debates espectaculares entre a certeza e a dúvida, as apóstrofes duma incompleta aceitação do poder supremo, que tanto agradem a quem procura mais o caso humano do poeta do que o poema, e que têm feito o renome de alguns e criado até a unidade de medida para eferição da poesia religiosa, nem tampouco a retórica falsa e untuosa que dá aspecto de profundidade à poesia beata que por aí vai andando; comentador cruciante duma realidade social — e neste seu livro são exemplares a ode Social, a ode Prosaica e a Canção da Víbora Sentimental — mas não circunscrevendo o seu horizonte ao apenas concreto; filiando os seus versos numa alta tradição literária e humanística em que alinhavam principalmente os que em qualquer época não foram compreendidos nem aceites, mas denunciando também a formação científica que não é somente profissional mas também recreação para tentar responder a íntimas inquietações exigentes e vivísimas; escrevendo uma poesia sem concessões a ninguém nem a si próprio, descrente das medidas e processos que a estilística arquivou como modelos, mas demonstrando sempre que não esquece que o poema tanto como um documento humano é a resolução dum problema de linguagem, numa estrutura formal que só não atingirá quem julgar que a forma são os versos bem medidos e acentuados e as palavras ditas belas, poéticas; buscador de beleza, mas uma vez mais não seguindo os cânones vulgarmente aceites para lhes opor os próprios, e tanto que na sua obra não encontro o que posso dominar um poema belo, no sentido em que assim denomino poemas que verdadeiramente o são, como A Morta de Sophia de Mello Breyner Andresen ou To a Green God de Eugénio de Andrade, Regresso Eterno de Ruy Cinnatti ou A Nave de Alcobaca de Jorge de Sena. — Eis alguns pontos situados nas linhas sobre que se move J. B.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

Provas enviadas à Censura em
15 de novembro de 1965



manha nazi), subiu ao poder na pessoa de Harry Truman e guindou ao primeiro plano da política americana homens como Vandenberg e Foster Dulles — membros próximos da delegação norte-americana em S. Francisco e inspiradores futuros da política de auxílio militar aos governos da Grécia e da Turquia que daria início à guerra fria. A «nova atitude» da política americana de relações com o bloco socialista não tardou a manifestar-se na Conferência, iniciada a 29 de Abril. Dessa nova atitude é perfeitamente demonstrativa a passagem seguinte do diário de Vandenberg, datada de 3 de Junho: «Segundo o meu ponto de vista, devemos elaborar a Carta sem nos preocuparmos com o facto de ela agradar ou não à Rússia, de ela vir ou não vir a assiná-la.» Apoiados numa forte maioria numérica⁴, perfeitamente seguros do fun-

4 Esta maioria decorria do facto de que, dos quarenta e dois países convidados a participar na Conferência, dezanove eram latino-americanos e cinco domínios britânicos. Os países neutrais (Eire, Islândia, Portugal e Suécia) e os países que ainda se encontravam sob o domínio da coligação nazi-fascista não foram convidados a fazer parte da Conferência. cionamento da sua máquina de votar, os E. U. A. começaram por fazer rejeitar a participação na Conferência do novo governo socialista da Polónia, ao mesmo tempo que promoviam a participação da Argentina, cujo governo manifestara durante a guerra flagrantes tendências pró-fascistas. Acumularam-se então os incidentes e as divergências: Desde a questão da admissão na Conferência de representantes dos sindicatos (que foi rejeitada, nomeadamente com o apoio do novo governo trabalhista da Grã-Bretanha), até aos problemas do alargamento de competências da Assembleia geral e do Tribunal Internacional de Justiça. Tornou igualmente a ser posto em causa o princípio da unanimidade das grandes potências no interior do Conselho de Segurança; todas estas tentativas, que favoreciam a posição americana, foram inutilizadas pela acção da U. R. S. S. e dos seus aliados. A Conferência deu por findos os seus trabalhos a 26 de Junho de 1945, com a aprovação da Carta das Nações Unidas. Documento de compromisso, exemplo da arte do possível (como recentemente lhe chamou Valerian Zorine), a Carta foi e é o inevitável e nem sempre brilhante reflexo de toda a série de antagonismos e contradições que minaram o decurso da Conferência: Rivalidade entre grandes e pequenas potências, primeiros sintomas da guerra fria e de luta de blocos, importância crescente mas ainda não determinante das correntes anticolonialistas⁵. A comi-

A Carta das Nações Unidas compreende cento e onze artigos, aos quais convém acrescentar um anexo de setenta artigos que formam o Estatuto do Tribunal Internacional

AUTORIZADO
COM
GORTES

COMISSÃO DE CENSURA
(SEDE)

«O TEMPO E O MODO» N.º 31
Provas enviadas à Censura em
15 de de 1965

É que nunca a S. D. N. logrou, nem a O. N. U. conseguiria, impor uma decisão que não contasse com o apoio desses mesmos «grandes».

Princípio da autodeterminação dos povos — Foi enunciado pela primeira vez pelas nações ocidentais no ponto quinto dos «catorze pontos» de Wilson, tendo sido depois reiterado no art.º 2 da Carta do Atlântico: «Desejam (os signatários) que não se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expressos dos povos interessados.» A estas formulações imprecisas do princípio da autodeterminação, cujo tom é mantido nos art.ºs 1 (n.º 2) e 55 da Carta da O. N. U., é curioso contrapor a formulação soviética do mesmo princípio, feita pelo Conselho de Comissários do Povo em 2 de Abril de 1917, e em que se concede aos povos da U. R. S. S. a livre autodeterminação, que pode chegar até à secessão e à constituição de um Estado independente. Só a partir de 1952 a O. N. U. começou a reconhecer a ambiguidade de termos com que o princípio da autodeterminação era firmado na Carta: Primeiro, através da resolução da A. G. de 21 de Dezembro, em que se pede aos Estados que possuam territórios que não se administrem totalmente a si mesmos que concedam às respectivas populações o exercício do direito de autodeterminação, e depois, em Dezembro de 1960, através da resolução n.º 1514, que adiante se reproduz.

Princípio da cooperação internacional nos domínios económico, social, cultural e humanitário — A execução deste princípio, firmado no n.º 3 do art.º 1 da Carta, é tarefa das diversas instituições especializadas da Organização (vide infra). É neste domínio da cooperação internacional para matérias económicas, culturais, sociais e humanitárias que a acção da Organização tem sido mais pacífica e geralmente aceite e estimulada e em que é lícito aguardar uma mais rápida obtenção de progressos decisivos.

Princípio da resolução por meios pacíficos dos conflitos internacionais — Novamente neste ponto a Carta da O. N. U. aparentemente representa um retrocesso em relação ao direito internacional positivo, anterior à Conferência de S. Francisco: É que, se no ponto 3.º do art.º 2 da Carta (que renova o princípio) se fica substancialmente aquém da proibição geral da guerra como instrumento de política nacional consagrada no pacto Kellog, a Carta dispõe, pela primeira vez, de um dis-



SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO
COMISSÃO DE CENSURA

concluir que se está, ou não, finalmente, em presença da tão almejada Organização Mundial de Comércio. É, porém, de crer que não venha a tardar uma institucionalização «de facto» destas novas estruturas.

IV — A ACÇÃO: OS ANOS AMERICANOS

É totalmente impossível, num trabalho deste tipo, traçar um balanço completo, por muito enunciativo que se fosse, das actividades das Nações Unidas nos seus diversos domínios de acção; ou seja: manutenção da paz, desarmamento, cooperação económica e social internacional, territórios não autónomos e territórios sob tutela, assistência técnica e financiamento do desenvolvimento económico, protecção internacional dos direitos do homem, actividade contenciosa e consultiva do Tribunal Internacional de Justiça. Dar-se-á prioridade às actividades desenvolvidas no domínio da manutenção da paz e da segurança internacionais, dado que do êxito havido neste domínio, depende, mais que da sorte de qualquer outro o peso da Organização no mundo dos nossos dias, e, eventualmente, a sua sobrevivência. O que não quer dizer que, sobretudo a partir dos últimos anos (sobretudo a partir de 1960), a escala de prioridades de acção da O.N.U. não tenha vindo a sofrer importantes alterações, e que, por exemplo, se não deva seguir hoje em dia com maior atenção interesse o êxito do «Decénio das Nações Unidas para o Desenvolvimento» — iniciado precisamente em 1960 —, do que as acções político-militares da Caxemira ou de Chipre.

Durante os quinze primeiros anos da sua existência (45-60), a Organização foi alvo de um domínio intenso e ininterrupto por parte do bloco ocidental, dada a maioria de que este dispunha nos dois órgãos-chave, das N. U., Assembleia Geral e Conselho de Segurança. Lógicamente, esse domínio foi comandado pelos interesses da nação técnica, económica e militarmente melhor apetrechada para o desenvolver, os Estados Unidos. O desmantelamento das economias europeias no período da segunda grande guerra, veio favorecer formas de auxílio económico extremamente vantajosas para os E. U. A.; permitiu-lhes, assim, não só a militarização das economias dos países dependentes do «Plano Marshall», como também a subordinação desses mesmos países aos «dictat» da política externa americana, sobretudo expressos na contenção dos movimentos nacionalistas do terceiro-mundo ~~no desen-~~cadear da «guerra fria» contra os países de Leste.

SERVIÇOS DE CENSURA
(SEDE)
COM
GORTES
AUTORIZADO

40

«O TEMPO E O MODO» N.º 31

Provas enviadas à Censura em

13 de de 1965



Vamos, pois, a Platão e seu texto. Outra vez nos socorrendo da etimologia, embora resulte grande parte dos tratados de etimologia de a socorrermos nós a ela com muita imaginação e boa-vontade, verificaremos que é essencial para Platão uma ideia exactamente contrária à de que vínhamos falando. A verdade, para ele, o deus, para ele, não é o que se esconde, mas o que se desprende daquilo que o oculta; em Platão nenhuma serpente tem direito algum de ficar latente nos capins; é, primeiro, objecto de laço caçador, ao que chama maniôutica e pedagogia; depois protótipo de classificação zoológica, com a grande ideia que nos tem alimentado séculos, respeitosa excepção para os portugueses, de que o que existe realmente não é o bicho, mas o género e a espécie a que pertence; por fim, pele de museu, coitada da viva cobra em seus matos latente. A cobra, para Platão, é *alattente*, e *alethe* é o contrário do que *lanthanei*, esconde ou se esconde, e com prudência voû pondo aqui transliterações, já que, por felicidade, é a nossa cultura clássica tão reduzida, que ou não tem grego as tipografias, ou, se o tem, o botam torto. Ou seria feliz termos cultura clássica, se ela nos servisse para descobrir o que era a Grécia, antes dos faces-pálidas, e aí assentássemos boas raízes para não sermos eficientes, para não trabalharmos, para não termos bibliotecas e diria, se não fosse ofender alguém, para não sabermos finanças.

Por descobrir se inicia o grande drama, da árvore do bem e do mal é Platão, porque julga saber, o melhor colhedor de frutos. Logo depois de estabelecer que a verdade é o que não está oculto, o que é apenas uma verdade pragmática, uma verdade de super-mercado, onde os géneros se desvalorizam porque não estão escondidos e o vendedor perdeu tudo o que de grande lhe concedia a prestidigitação de arrancar de armários e de gavetas as pimenteiras das Molucas e os canaviais de Pernambuco, passa a afirmar que o que todos veriam como existente não existe na verdade, mas é apenas o que esconde a verdade; o que existe é o que parece, é uma opinião, é uma *doxa*, não nos esclarecendo, porém, sobre outro problema, esse sério, grave e fundamental, o de se não existe apenas o que ilusão engano e escondedouro; se realmente a verdadeira serpente não é a que, ocultando-se, nos deixa a inocência das relvas sem pavor. Aplaudiria Platão se tivesse demonstrado que tudo é ilusão e nos instalasse de pleno no sonho, sem tentar, por um golpe da cama-de-gato que são filosofia e ciência, fazer-nos crer que alguma coisa existe de real, a não ser a ilusão como ilusão; mas foi mais longe, nos deu ideias gerais, e normas; criou os tiranos, que são apenas os donos das ideias gerais; espero que um dia uma grande inva-

COMISSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA
AUTORIZADO
CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 31

Provas enviadas à Censura em

12 de 11 de 1965



são de africanos, asiáticos e sul-americanos, daqueles que não têm a saudade contínua de Paris que jamais conheceram, uma grande invasão assalte este novo, ou continuado império romano, e nos faça voltar às verdades que nunca se revelam e às existências que nunca se separam das opiniões.

É bom saber-se, pois, ou se ser, que a ciência de que falamos e a filosofia de que falamos, se baseiam essencialmente no contraditar da ideia de que a verdadeira verdade só o é quando oculta, de que o mundo é uma opinião, mas que não há outra realidade senão essa opinião, e de que afirmarmos do núcleo de tudo, ou de Deus, que ele existe ou não existe é tomarmos uma posição que nada autoriza. Só posso aceitar um Deus que seja total; dizer que ele existe é pôr-me a mim como sujeito diante dele como objecto; por aí me escapa logo o Deus total, que nos englobaria a um e outro.. Do deus que eu digo existe, e que os atéus negam existir apenas posso talvez afirmar que ele é uma opinião e uma opinião existente; e posso também supor que ele serve para isso para haver um partido, que é o meu, dos teístas, e o outro, o dos ateístas; e para haver várias igrejas, por exemplo a que vê Deus do lado esquerdo e a que vê Deus do lado direito. E estão-se fazendo muitas reuniões, que custam muito dinheiro, mas não tem dúvida, o povo paga, e viajando-se muitas viagens, mas não tem dúvida, o povo paga, e dando-se muitos abraços, e aí o povo até paga para ver, pobre povo que nem sabe desprezar os espectáculos dos grandes, para que a igreja que vê Deus do lado direito perdoe à igreja que vê Deus do lado direito perdoe à igreja que vê Deus do lado esquerdo; e peço desculpa de não ter escrito igreja com um I, maiúsculo.

Não creio, pois, que tenha grande importância discutir-se quais são as relações entre ciência e filosofia; acho que tem importância o que elas são, no conjunto, quando comparadas com a não-ciência e a não-filosofia que já existiram e que oxalá existam de novo, ou vão existindo, à medida que o desvio do espectro for sendo cada vez menos acentuado, à medida que as galáxias forem regressando dos limites do universo, inexistentes, a seu centro, também, e felizmente, inexistente; à medida que toda a massa se for transformando em energia, e acabarem por aí a física e a química, a biologia e a matemática, e, o que será ainda mais lamentado, os empregos de físico ou de matemático. Ciência e filosofia são episódios da história humana, são saudades, disfarçadas em raciocínio, de um Paraíso a que desejamos voltar, a que teremos de voltar, Paraíso escondido, Paraíso do que se não julgue uma opinião mas uma existência, Paraso dos bichos um a um, meus companheiros e meus eus, não paraíso de Lineu, com seus géneros e espécies.

SERVIÇO DE CENSURA
AUTORIZADO COM
CORTES



«O TEMPO É O MODO» N.º 31

Provas enviadas à Censura em

12 de 11 de 1965

2

Apesar disso, o discurso pontifício não causou sensação. E no entanto, há muito poucos anos, ninguém ousaria prever um acontecimento semelhante. Se hoje ele parece normal e recordamos Foster Dulles como um fantasma medieval, isso sucede porque entretanto o Mundo ouviu e viu João XXIII.

Um dos grandes sinais que o Papa João nos fez foi apontar para o sincero acolhimento que Pacem in Terris obteve em muita gente. Talvez que esse acolhimento não tenha apenas sublinhado o gosto em ver que o Papa não contribuía para a tensão prègando guerras frias santas. Estará mais dentro da verdade histórica quem descortinar que Pacem in Terris veio ao encontro duma expectativa em grande parte subconsciente.

Qual o ar que as nações respiravam no momento em que essa encíclica foi publicada? O general MacArthur, a quem nenhum ~~alvo~~ podia acusar de pacifismo, afirmava em 1961: «Conheço a guerra como poucos homens hoje vivos se podem gabar de o fazer, e digo que não há nada mais revoltante. A guerra total tornou-se um Frankenstein apto para destruir ambos os contendores. Ela deixou de ser um instrumento de aventura, um atalho para a supremacia internacional. Quem perder ficará aniquilado. Quem ganhar, sobrevive para enfrentar uma derrota. Nem sequer subsistem os 50 % de possibilidades vitoriosas que sorriem ao duelista. Na guerra total existem apenas as sementes de um duplo suicídio». Melhor e mais claro falam os números: o potencial explosivo das armas nucleares armazenadas, se for «traduzido» em T. N. T. e dividido pelo número de habitantes da Terra, dá vinte toneladas desse explosivo per capita. Mesmo para quem desejasse o extermínio da espécie humana, o excesso é evidentemente absurdo.

Como se chegou a esta situação inacreditável? Únicamente por se não ter ouvido o bom senso, à luz do qual não faz sentido a noção de segurança pelas armas. Mas esta, por seu turno, só ganhou o vulto que sabemos por ter a opinião pública aceiteado que só «medidas enérgicas» eram eficazes. Nenhum dos «blocos» em confronto escapou à armadilha que lhe preparava a propaganda fácil de que o outro só pensava em agressão, e que

SERVIÇOS DE CENSURA
(SÉDE)
AUTORIZADO

81

«O TEMPO E O MODO» N.º 31

Provas enviadas à Censura em
12 de de 1965..



dum e doutro travam para chegar primeiro ao coração das multidões, que nesta era de massas desempenharão o papel decisivo na opção medonha que é proposta ao Mundo. Daqui a cem ou a mil anos, será essa corrida o facto histórico que, nas escolas, se apontará como característico do século vinte.

Daqui resulta que os partidários dos dois caminhos encontram num engagement sem desfalecimentos a única resposta adequada ao apelo que a existência fez chegar aos seus ouvidos. João XXIII, em Junho de 1959, mostrava-se conhecedor desta realidade ao apontar como um dever a «aplicação corajosa de todos os meios que possam levar à necessária união» (encíclica Ad Petri Cathedram).

Paulo VI, no discurso à Assembleia das Nações Unidas, retomou esse pensamento prático ao concentrar as suas palavras na defesa duma instituição internacional vigente, cuja permanência e crescimento apoiou, ratificando-a solenemente em nome dos vivos, dos mortos e dos pobres. Ao proclamar a O. N. U. «escola onde se aprende a arte de construir a paz» provocou previsível galhofa em vária gente. Mas esse riso pode bem ser o despeito de quem pressentir que a construção da paz exige mais heroísmo do que a guerra, e que a vitória histórica virá afinal a caber à parte mais disposta à mansidão, e que nela apostou tudo.

Paulo VI é Papa. Este facto justifica que alarguemos o nosso comentário até entrar no terreno específico dos que ele definiu, no final do seu discurso, como «todos aqueles que acolhem a inefável revelação que Cristo nos fez... do Deus vivo, o Pai de todos os homens».

Por que motivo aceitou jamais a cristandade a inevitabilidade da guerra? Cremos que unicamente por influência do paganismo, ou melhor, do homem velho paulino.

Sem nos metermos em complexidades teológicas que não cabem num editorial desta revista, podemos recordar aos católicos como Jesus, quando Pilatos lhe perguntou se era Rei, respondeu que se o seu reino fosse do mundo, haveria tropas prontas a combater por ele. Nesse momento e naqueloutro, anterior de poucas horas, em que recomendara a Pedro que embainhasse a espada, Cristo fez certamente mais do que condenar a guerra:

SERVÍCIOS DE CENSURA
(SEDE)
AUTORIZADO
COM
CORTES

«O TEMPO E O MODO» N.º 31

Provas enviadas à Censura em

12 de de 1950.



afirmou que esta pertencia ao mundo que não tinha parte no seu reino, esse mundo de trevas, de que as guerras, bem como os cataclismos e demais flagelos, não são mais do que manifestações, a barbatana emergente que assinala ao nadador o corpo do tubarão submerso. Donde a imperiosa necessidade, para o cristão, em reconhecer que uma entrega de si mesmo a qualquer luta por uma supremacia terrena equivale a uma entrega de si mesmo à treva devoradora. E que é inútil renunciar individualmente à ânsia pelo Poder se depois se adere a essa ânsia colectivamente. A glória mundana que S. Paulo apontou como «abominação aos olhos de Deus» é a mesma, quer buscada individualmente quer procurada em grupo.

É provável que, para os teólogos, tenha chegado o momento de rever os textos que Santo Agostinho escreveu quando os bárbaros ameaçavam Hipona. Quando Urs von Balthasar confessa que os apelos da Igreja à segurança armada lhe recordavam Pedro puxando pela espada em pleno Horto, ele está certamente comprovando a veracidade duma afirmação do mesmo Santo Agostinho no seu Comentário ao Sermão da Montanha: «Só Deus... sabe aplicar à humanidade a medicação adequada às diversas épocas».

Uma verdade subsiste: chegou-se a um passo da história em que não é possível aceitar a noção de justiça numa guerra de que os simples preparativos, quando sob a forma de ensaios nucleares, estão já afectando, em média, 30 000 recém-nascidos por ano. A urgência é tal que interessa menos protestar contra a guerra do que desenvolver a técnica da paz.

Propusemo-nos entrar em terreno especificamente cristão. Não será então obrigatório que escavemos até que nasça esperança?

No seu discurso à Assembleia da O. N. U., Paulo VI começou por se apresentar como simples homem, e por pedir autorização para intervir, num apagamento que, irritando decerto os deformados pela Roma renascentista, não passou despercebido aos que edificaram o seu cristianismo sobre o rochedo da Palavra («E aconteceu que, quando Pedro entrou, saiu Cornélio para o receber, e prostrou-se por terra diante dele. Mas Pedro levantou-o, dizendo: «Ergue-te, porque eu não sou senão um homem, como tu» — Act., X, 25-26). Sempre na mesma voz humilde, o Papa pede licença para «prestar um serviço». É aqui que o tom muda, e há que transcrever:

«Oh, vós sabeis quem nós somos. E seja qual for a vossa opinião acerca do Pontificado de Roma, conheceis a nossa missão: nós somos portadores de uma mensagem para toda a Humanidade. E nós o somos, não apenas